

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º TRIMESTRE DE 2017

Rio de Janeiro
Junho de 2017



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Gestores da
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
Av. Rio Branco, nº 1 – 9º andar
Rio de Janeiro (RJ)

INTRODUÇÃO

Revisamos o balanço patrimonial da **EPE – Empresa de Pesquisa Energética**, em 30 de junho de 2017, as Demonstrações de Resultados do Exercício, de Mutações do Patrimônio Líquido e a de Fluxo de Caixa, para o período findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

ALCANCE DA REVISÃO

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

CONCLUSÃO

Com base em nossa revisão não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações Contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto (SP), 28 de agosto de 2017.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC2SP022486/O-4 CVM – 9555
Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC1SP067138/O-0

Balanço Patrimonial
(em reais)

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ATIVO		
Circulante		
Caixa e Equivalentes (4)	34.473.778	34.215.041
Contas a Receber de Clientes	-	-
Tributos a Recuperar ou Compensáveis (5)	96.502	121.940
Adiantamentos Concedidos (6)	2.066.598	289.788
Adiantamentos a Terceiros	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Estoques de Livros	-	-
Despesas Antecipadas (7)	699.005	1.311.196
Outros Créditos (8)	953.979	891.325
	<u>38.289.862</u>	<u>36.829.290</u>
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos Judiciais (9)	3.032.712	2.973.461
Títulos e Valores Mobiliários	194	-
Imobilizado (10)	1.191.151	1.428.329
Intangível (11)	873.570	393.445
Diferido	-	-
	<u>5.097.628</u>	<u>4.795.234</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>43.387.490</u>	<u>41.624.524</u>
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores Nacionais (15)	1.289.821	755.352
Retenções Tributárias	671.744	14.859
Impostos de Renda / CSLL a recolher	-	747.975
PIS COFINS a recolher	418	1.167
Obrigações Trabalhistas e Sociais (16)	11.564.217	7.167.804
Dividendos Propostos	2.872.233	679.535
Obrigações com a Cessão de Pessoal (17)	1.403.117	1.120.663
Previdência Privada Complementar (13)	271.085	280.786
Outros passivos circulantes	-	1.309
	<u>18.072.635</u>	<u>10.769.449</u>
Não Circulante		
Provisões para Contingências (12)	938.658	938.658
Adiantamento para Futuro Aum.de Capital (18)	6.666.166	6.666.166
	<u>7.604.823</u>	<u>7.604.823</u>
Patrimônio Líquido		
Capital Social Integralizado (19)	20.544.367	20.544.367
Reserva Legal	667.280	667.280
Resultado do Exercício (20)	(3.501.616)	-
Dividendos Complementares	-	2.038.605
	<u>17.710.031</u>	<u>23.250.252</u>

TOTAL DO ATIVO E DO PASSIVO

43.387.490

41.624.524

Demonstração do Resultado
(em reais)

	30/06/2017	30/06/2016
RECEITA BRUTA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS		
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	45.349.556	44.771.074
Prestação de Serviços a Órgãos Públicos	-	-
Receita de Vendas de Mercadorias	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) Tributos Incidentes s/ Vendas	-	-
RECEITA LÍQUIDA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS	45.349.556	44.771.074
Custos dos Serviços Prestados	(30.962.726)	(29.676.060)
LUCRO BRUTO	14.386.830	15.095.014
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Remunerações	(7.617.805)	(6.863.750)
Encargos Sociais	(1.819.457)	(1.586.627)
Benefícios	(1.366.198)	(1.364.073)
Materiais	(74.982)	(72.357)
Serviços de Terceiros	(2.296.335)	(2.179.184)
Despesas Tributárias	(181.274)	(148.989)
Provisões para Contingências	-	-
Gerais de Funcionamento das Instalações	(3.669.282)	(4.428.647)
Gerais da Administração	(708.797)	(554.748)
Outras Receitas (Despesas) operacionais	1.309	-
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	-	-
Recuperação de Despesas e Custos	30.898	70.436
	(17.701.923)	(17.127.939)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(3.315.093)	(2.032.924)
Receitas (Despesas) Financeiras	(186.522)	(20.109)
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	(3.501.616)	(2.053.033)
Despesa com Provisões de IRPJ e CSLL	-	(183.202)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.501.616)	(2.236.235)

Demonstração do Fluxo de Caixa (em reais)

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	(3.501.616)	(2.236.235)
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(45.349.556)	(44.771.074)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	413.604	355.002
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
	<u>(48.437.568)</u>	<u>(46.652.308)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Tributos a recuperar ou compensáveis	25.438	266.648
Adiantamentos a Empregados	(1.776.810)	(1.583.046)
Despesas antecipadas	612.191	(638.168)
Depósitos Judiciais	(59.251)	(131.777)
Outros Créditos	(62.848)	-
	<u>(1.261.280)</u>	<u>(2.086.344)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores Nacionais	534.468	591.625
Retenções Tributárias	656.885	64.777
Impostos de Renda / CSLL a recolher	(747.975)	(502.576)
PIS COFINS a recolher	(748)	(7.873)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	4.396.413	2.874.984
Dividendos	2.192.698	(2.122.404)
Obrigações com a Cessão de Pessoal	282.454	(183.000)
Provisões para Contingências	-	-
Previdência Privada Complementar	(9.701)	(648.373)
Outros passivos	(1.309)	299
	<u>7.303.186</u>	<u>67.459</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. operacionais	<u>(42.395.662)</u>	<u>(48.671.194)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) Baixa do imobilizado	(14.886)	(208.803)
(Aquisição) Baixa de intangível	(641.667)	-
Aplicação financeira de longo prazo	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. de investimentos	<u>(656.553)</u>	<u>(208.803)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	45.349.556	44.771.074
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Pagamentos de dividendos	-	-
Reserva de lucros	(2.038.605)	-
	<u>43.310.951</u>	<u>44.771.074</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>258.737</u>	<u>(4.108.922)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.215.041	36.172.219
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.473.778	32.063.297

**Demonstração do Valor Adicionado
(em reais)**

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas	45.350.865	44.771.074
Subsídios Públicos	45.349.556	44.771.074
Outras Receitas	1.309	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa –	-	-
Reversão (Constituição)	-	-
Consumos	4.946.757	4.912.467
Custos dos produtos vendidos	-	-
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	4.946.757	4.912.467
Perda/recuperação de ativos	-	-
Outros	-	-
Valor Adicionado Bruto	40.404.108	39.858.608
Depreciação e Amortização (10) (11)	413.604	355.003
Valor Adicionado Líquido produzido	39.990.504	39.503.605
Valor Adicionado recebido em transferência	135.227	288.778
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	104.330	218.342
Reversão de Custos e Despesas	30.898	70.436
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	40.125.731	39.792.383
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	35.563.437	33.293.077
Remuneração Direta	29.215.909	27.122.738
Benefícios	4.510.089	4.405.094
FGTS	1.837.439	1.765.245
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	5.075.816	4.831.484
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	4.923.546	4.713.696
Estaduais (inclui IPVA)	27.618	1.161
Municipais	124.652	116.628
Remuneração do capital de terceiros	2.988.094	3.904.057
Juros	290.852	238.451
Alugueis	2.672.750	3.642.490
Outras	24.492	23.116
Remuneração dos Capitais próprios	(3.501.616)	(2.236.235)
Juros sobre Capital Próprio	-	-
Dividendos	-	-
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(3.501.616)	(2.236.235)
Valor Adicionado Total Distribuído	40.125.731	39.792.383

Demonstração da Muta  o do Patrim  nio Líquido
(em reais)

	Capital Social	Adiantamen tos para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	Lucros (preju��zos) acumulad os	Total
Saldos em 31/12/2015	<u>20.544.367</u>	<u>6.666.166</u>	<u>524.220</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.734.753</u>
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(2.236.235)	(2.236.235)
Saldos em 30/06/2016	<u>20.544.367</u>	<u>6.666.166</u>	<u>524.220</u>	<u>-</u>	<u>(2.236.235)</u>	<u>25.498.517</u>
Saldos em 31/12/2016	<u>20.544.367</u>	<u>-</u>	<u>667.280</u>	<u>2.038.605</u>	<u>-</u>	<u>23.250.252</u>
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	(2.038.605)	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(3.501.616)	(3.501.616)
Saldos em 30/06/2017	<u>20.544.367</u>	<u>-</u>	<u>667.280</u>	<u>-</u>	<u>(3.501.616)</u>	<u>17.710.031</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Valores em Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto n.º 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O Estatuto Social da EPE foi aprovado pelo Decreto n.º 5.184, de 16 de agosto de 2004.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

A EPE declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que optou pela adoção da NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da EPE estão de acordo com o NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Para atender a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, o DL nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando todas as alterações introduzidas nestes dispositivos legais, a EPE vem praticando, a partir de 2008, também a Contabilidade aplicada ao setor público por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que permite o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

2.1 Base de preparação das principais políticas contábeis

A preparação de Demonstrações Contábeis em conformidade com o NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da EPE, e também a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa registrados na conta única do Tesouro Nacional.

A partir da migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ocorrida em 2008, os saldos disponíveis em conta bancária junto ao Banco do Brasil, aplicados no Fundo de Renda Fixa BB-Extra

mercado FAE, provenientes de recursos gerados pela EPE, foram recolhidos ao Tesouro Nacional, em conta única, identificados em fonte de recursos próprios e vinculação específica na Unidade Gestora da Empresa.

Também foram alocados na Conta Única como recursos próprios os valores recebidos do MME, relativos aos créditos decorrentes de prestações de serviços realizados até março de 2008 e liquidados após a migração para Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como os valores dos custos de estudos de viabilidade de projetos hidrelétricos e de transmissão reembolsados pelas concessionárias de energia elétrica vencedoras de leilões de energia e de redes de transmissão.

A partir do recolhimento dos recursos próprios para a Conta Única os valores disponíveis não estão sendo remunerados pelo Tesouro Nacional.

2.4 Instrumentos Financeiros Básicos

A EPE não possui instrumentos financeiros.

2.5 Contas a Receber de Clientes

A EPE não possui Contas a Receber de Clientes desde sua migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para o Orçamento Fiscal e da Seguridade, ocorrida em abril de 2008, quando deixou de emitir faturamentos.

2.6 Investimentos em coligadas

A atividade da EPE, definida em seu Estatuto Social, conforme contexto operacional, não contempla participações em empresas coligadas e interligadas.

2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Em conformidade com o NBC TG 1000 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, a administração não identificou qualquer evidência de falta de recuperabilidade dos ativos imobilizados.

2.8 Ativos Intangíveis

Software

As licenças adquiridas separadamente são registradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor atualizado até a data do balanço. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

2.10 Provisões

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de natureza cível, com indicativo de perda provável na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando:

- a) A Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- b) É provável que uma saída de recursos sejam necessários para liquidar a obrigação;
- c) E o valor possa ser estimado com segurança.

2.11 Passivo Contingente

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de naturezas cíveis, trabalhistas, administrativas e outras, com indicativo de perda possível, porém não provável, na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

Seguindo-se aos critérios estabelecidos na NBC TG 25, seção 21, essas ações judiciais foram divulgadas nas demonstrações financeiras em Notas Explicativas, uma vez que sua existência somente poderá ser confirmada pela ocorrência de eventos futuros incertos, não totalmente controlados pela EPE.

2.12 Benefícios a empregados

Previdência Privada

A partir das aprovações pelos órgãos internos da Empresa, compreendendo a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal e pelos órgãos externos da administração pública a que se submetem neles, incluídos o Ministério de Minas e Energia – MME, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a EPE, na condição de Patrocinadora, celebrou Convênio de Adesão com a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS visando ingressar no Plano de Previdência denominado “Plano EPE”, estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV. Para custear o referido Plano, a EPE contribui mensalmente, paritariamente com os empregados e dirigentes ou aqueles em exercício de função, denominados Participantes, com parcelas calculadas sobre as remunerações, inclusive o 13º salário, conforme estabelecido no Plano de Custeio.

Para os empregados que optaram em contribuir a partir de sua admissão, a título de tempo de serviços passados, a EPE contribui com a mesma importância, nas condições estabelecidas no Regulamento Específico do Plano de Previdência ELETROS/EPE.

Foram definidas as seguintes contribuições previdenciárias para os participantes e a patrocinadora:

- 3% (três por cento) da parcela de remuneração mensal compreendida até o valor do teto de contribuição da Previdência Social e,
- 11% (onze por cento) da parcela de remuneração que exceder o limite do teto da Previdência Social.

Por opção do Participante, a contribuição mensal poderá ser reduzida semestralmente em 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento), ocorrendo também à redução da contribuição básica da Patrocinadora.

Dado às características definidas no Plano CV não existem obrigações adicionais da Patrocinadora após efetuar os pagamentos das contribuições.

As contribuições feitas pela Patrocinadora são reconhecidas como despesas de benefícios concedidos a empregados.

2.13 Reconhecimento da Receita

A EPE tem como atividade principal estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurada com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de Subsídios Públicos

As receitas da EPE são oriundas de dotações orçamentárias, para custeio de despesas e investimentos, através do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A Empresa poderá futuramente prestar serviços a terceiros, ensejando a emissão de Notas Fiscais de Serviços.

b) Receita Financeira

A receita financeira é decorrente da atualização da taxa Selic de tributos a compensar, da atualização monetária dos depósitos judiciais, dos descontos obtidos em pagamentos a fornecedores.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com a NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL exige que a Companhia utilize as estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e de diversos fatores que consideramos razoáveis e pertinentes.

4 CAIXA E EQUIVALENTES

Os Recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, dividendos, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início de 2017, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME para janeiro de 2017.

Descrição	30/06/2017	2016
a - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	2.085.000	1.890.643
b - Recursos Próprios	32.388.777	32.324.398
Total	34.473.777	34.215.041

5 TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

- ISS a Recuperar: Retenções a serem compensadas com recolhimentos futuros;
- IRPJ a Compensar: Saldo negativo de 2013 configurado na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – DIPJ;
- PIS COFINS a recuperar: retenções a serem compensadas em recolhimentos futuros;

- Outras retenções de tributos: Retenção e pagamentos a serem compensados.

Descrição	30/06/2017	2016
ISS a Recuperar	2.632	2.632
IRRF a Compensar	4.839	-
IRPJ a Compensar	-	-
PIS a Compensar	15.855	15.387
COFINS a Compensar	73.176	71.016
Outras Retenções e Tributos	-	(**) 32.905
Totais	96.502	121.940

(**) Outras Retenções e Tributos referem-se à Antecipação de IRRF (32.808) e Antecipação da COSIRF (96,90)

6 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	30/06/2017	2016
Adiantamento a Empregados	2.066.598	235.874
Adiantamento a Terceiros	-	53.914
Total	2.066.598	289.788

7 DESPESAS ANTECIPADAS

Impactado pela contratação de diversas licenças e assinaturas no valor de R\$ 699 mil para o exercício 2017.

8 OUTROS CRÉDITOS

O valor registrado a título de Outros Créditos representa contrapartida dos valores cobrados por FURNAS Centrais Elétricas S/A, que é objeto de negociação e discussão entre as partes.

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

9.1 Depósitos Judiciais – Previdenciários

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB realizou no exercício de 2009 o Mandado de Procedimento Fiscal nº 01.1.01.00.2009.001203-0, visando ao cumprimento das obrigações previdenciárias relativas à remuneração dos segurados empregados e contribuintes individuais.

Ao finalizar o Procedimento Fiscal, foi constituído crédito previdenciário e lavrados os autos de infração DECAB nº. 37.200.111-4, 37.200.112-2, 37.200.113-0, 37.200.114-9, 37.200.115-7, 37.200.116-5, 37.200.117-3, e 37.262.717-0, face ao entendimento da SRFB de descumprimentos de obrigações principais e acessórias, imputando à empresa o lançamento de contribuições previdenciárias acrescidas de juros e multas. A decisão da SRFB no processo administrativo tributário foi no sentido de manter o lançamento e tornar definitiva a constituição do crédito tributário.

Em razão de tais fatos, a EPE ingressou na 13ª. Vara Federal de Brasília - DF, ajuizando ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, resultando no Processo nº. 18936-44.2010.01.3400, visando suspender a exigibilidade do crédito tributário de forma a restabelecer a Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa das Contribuições Previdenciárias e de Terceiros até decisão definitiva da demanda judicial.

Por decisão da Justiça Federal da 13ª. Vara de Brasília - DF o pedido de antecipação de tutela foi indeferido, facultando à EPE o direito de realizar o depósito integral do débito controvertido, a fim de gerar de imediato os efeitos legais para suspensão da exigibilidade da cobrança e a garantia do juízo.

Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.887.652 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de débito fiscal nº. 18936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010.

A Partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e mensal.

9.2 Depósitos Judiciais – Trabalhistas

Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais, que ao final dos processos serão revertidos.

A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pela remuneração do Índice de correção do FGTS.

Descrição	30/06/2017	2016
Contribuições Previdenciárias	2.938.495	2.892.706
Outros - Processos trabalhistas	94.217	80.755
Total	3.032.712	2.973.461

10 IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Instalações – dez anos

Máquinas e Equipamentos – dez anos

Equipamentos de Informática - cinco anos

Móveis e Utensílios - dez anos

A seguir posição do imobilizado com o saldo inicial e final em seu valor líquido de depreciação:

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Totais
Em 31 de dezembro de 2016	6.248	298.087	584.014	539.980	1.428.329
Adições (baixas)	-	12.168	2.718	-	14.886
(-) Depreciação	- 4.519	- 37.226	-115.363	-94.955	-252.063
Em 30 de junho de 2017	1.729	273.029	471.369	445.025	1.191.152

A seguir posição do imobilizado com o saldo inicial e final em seu valor bruto:

Descrição do Imobilizado	30/06/2017	2016
Instalações	90.384	90.384
Máquinas e Equipamentos	763.416	751.248
Equipamentos de informática	4.484.232	4.481.514
Móveis e Utensílios	2.077.128	2.077,128
Depreciação Acumulada	- 6.224.008	- 5.971.945
Total	1.191.152	1.428.329

11 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com as normas emitidas pelo NBC TG 04.

A amortização do Ativo Intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

A seguir posição do intangível com o saldo inicial e final em seu valor líquido de depreciação:

	Softwares
Em 31 de dezembro de 2016	393.445
Adições	641.667
(-) Amortização	-161.541
Em 30 de junho de 2017	873.571

A seguir posição do intangível com o saldo inicial e final em seu valor líquido de depreciação:

Descrição Intangível	30/06/2017	2016
Softwares	4.859.958	4.218.291
Amortização Acumulada	- 3.986.387	- 3.824.846
Total	873.571	393.445

12 AÇÕES JUDICIAIS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza, cível, trabalhista e fiscal.

A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

a) Ações com perdas prováveis

Descrição	30/06/2017	2016
Trabalhistas	716.000	716.00
Cíveis	1.000	1.000
Fiscais	221.658	221.658
Total	938.658	938.658

Constituiu-se a Provisão de R\$ 938.658, de demandas judiciais não fiscais com base no parecer da Consultoria Jurídica da EPE, que realizou avaliação como perda provável para as mesmas, conforme abaixo:

Trabalhistas: refere-se ao processo 0000852.08.2011.5.01.0027 no qual é pleiteado pedido de dano moral e nulidade da dispensa sem justa causa com pedido de retorno ao emprego. E também aos processos 0011078-53.2014.5.01.0082; 0100916-63.2016.5.01.0055; 0011113.21.2015.01.0244 referente a pedido de responsabilidade subsidiária de verbas trabalhistas.

Cíveis: refere-se ao processo 43042-75.2007.4.01.3400 em fase de recurso onde a EPE foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios.

Fiscais: refere-se ao processo 04/354158/2008 Auto de infração do ISS-RJ – Cobrança de ISS em contrapartida de convênios com o MME.

b) Ações com perdas possíveis:

Descrição	30/06/2017	2016
Cíveis	2.535.129	2.535.129
Trabalhistas	2.296.786	2.296.786
Administrativas	8.987.025	8.987.025
Total	13.818.940	13.818.940

Não foram constituídas provisões para as Demandas Judiciais que tiveram parecer da Consultoria Jurídica com avaliação de perda como possíveis, conforme critérios estabelecidos no NBC TG 25 estas ações foram classificadas como Passivo Contingente.

Tratam-se das seguintes Ações Judiciais:

Cíveis: ações movidas em relação a editais de concursos públicos; cíveis-tributárias e ações de licenciamentos ambientais;

Trabalhistas: ações movidas por responsabilidade subsidiária; reintegração e salário vencidos e danos morais; reintegração e indenização.

Administrativas: pendências junto aos órgãos de arrecadação relacionados indeferimentos de pedidos de compensações de tributos; auto de infração por cobrança de ISS e ação administrativa-ambiental.

13 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os gastos com a previdência privada complementar relativos à contribuição da Patrocinadora foram de R\$ 1.208.041,15 em junho de 2017 R\$ (3.354.687 em 2016).

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no Passivo Circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

Descrição	30/06/2017	2016
A – Contribuições da Patrocinadora	271.085	280.786
Total	271.085	280.786

14 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pelo Sistema de Informações das Empresas Estatais – SEST, no exercício de 2015:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R\$ 34.482,13	R\$ 23.892,99 (*)	R\$ 30.764,30
Empregados – Nível Médio	R\$ 4.290,33	R\$ 3.298,24	R\$ 3.598,37
Empregados – Nível Superior	R\$ 27.337,03 (**)	R\$ 9.096,81(***)	R\$ 13.399,03

(*) Honorários pagos à Dirigente aposentado de órgão público, respeitado o limite do teto constitucional.

(**) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(***) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

15 FORNECEDORES

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais, no montante de R\$ 1.289.821 conforme abaixo detalhado:

Vencidos	A Vencer	Total
459.496	830.325	1.289.821

Dos débitos vencidos, 72.803 (setenta e dois mil, oitocentos e três reais) são referentes a contestações junto aos fornecedores RL Clean Serviços de Limpeza e Conservação Ltda. (\$28.267) e Documentar Tecnologia e Informação Ltda. (\$44.536).

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Os pagamentos das obrigações trabalhistas e sociais, tais como férias e os respectivos encargos incidentes (INSS, FGTS e Outros), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	30/06/2017	2016
Provisões de férias a pagar	7.340.312	7.156.079
INSS a Recolher	1.091.662	4.943
FGTS a Recolher	440.424	-
13º Salários a Pagar	2.419.957	-
Pensão Alimentícia	18	-
Previdência Privada Complementar	271.844	-
Total	11.564.217	7.161.022

17 OBRIGAÇÕES COM A CESSÃO DE PESSOAL

As obrigações apresentadas neste grupo decorrem da cessão de empregados de empresas estatais à EPE. O quadro abaixo demonstra a composição do saldo a pagar em 30/06/2017.

Descrição	30/06/2017	2016
FURNAS Centrais Elétricas S/A	1.141.368	977.517
Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS	24.146	74.146
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	153.595	35.000
Superior Tribunal de Justiça – STJ	84.008	34.000
Total Geral	1.403.117	1.120.663

O considerável saldo, cobrado por FURNAS Centrais Elétricas S/A referem-se a despesas que são objeto de discussão e negociação entre as partes.

18 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa recebeu no exercício de 2011 R\$ 5.650.000 conforme documentos 2011AP000496, 2011AP000513 e 2011AP000521. Em acordo com mensagem SIAFI 2011/0932037, de 01.07.2011, do GEAAC/CCONT/STN. Em 31 de janeiro de 2012, a Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT) e a Coordenação Geral de Participações Societárias (COPAR) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiram Nota Conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR, determinando que as transferências de recursos da União para as empresas estatais dependentes fossem efetuadas por meio de Aumento de Capital. A partir de 2013, os valores passaram a ser atualizados pela taxa SELIC mensal, conforme determina o artigo III, parágrafo 2º do estatuto da EPE.

AFAC	Atualização			
	2012	2013	2014	Total
5.650.000		1.016.166		6.666.166

Em 05 de julho de 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu a Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN, reavaliando os procedimentos contábeis da Nota Conjunta 06 STN/CCONT/COPAR de 31.01.2012, e considerando o teor da Nota COSIT-E nº 15 de 21.01.2013.

A Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN revogou a Nota Conjunta 06 STN/CCONT/COPAR, de 31.01.2012, e a mensagem SIAFI 2011/0932037, de 01.07.2011, determinando que, somente os valores recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, com a finalidade de subsidiar despesas de investimentos, deveriam ser reconhecidas, as demais devem receber tratamento de subvenções, inclusive sendo tributadas. Dessa forma em 2016 a conta é transferida para o grupo Passivo Não Circulante, em atendimento a CCONT/STN, e a EPE começa o processo de regularização dos ajustes de exercícios anteriores, contratando empresa especializada, Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda., para apurar o montante financeiro devido quanto às regularizações dos tributos devidos e dos dividendos a distribuir. Além das retificações das obrigações fiscais acessórias decorrentes dos ajustes, bem como do estudo da reapresentação retrospectiva das demonstrações, em atendimento ao CPC PME R1 item 10.20 e 10.21. Este processo encontra-se em execução até a presente data.

19 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE é de R\$ 20.544.367 totalmente integralizado pela União.

20 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Prejuízo Acumulado - R\$ 3.502 mil

Nesta conta estão registrados os lucros/prejuízos acumulados no exercício de 2017 compostos da seguinte forma:

Janeiro/2017 - Prejuízo de (R\$ 116 mil)

Fevereiro/2017 - Prejuízo de (R\$ 2.319 mil)

Março/2017 - Lucro de R\$ 1.186 mil

Abril/2017 - Prejuízo de (R\$ 2.829 mil)

Maior/2017 - Prejuízo de (R\$ 1.206 mil)

Junho/2017 - Lucro de R\$ 1.782 mil

O prejuízo apurado no período de janeiro/17 a junho/17 foi decorrente, principalmente, das despesas efetuadas e não pagas com recursos da conta única, em função da falta de repasses pela STN.


Sandro da Silva Abílio
Contador
CRC-RJ 093927/0-1